

Monismo versus pluralismo de valores

Monism versus pluralism of values

Paulo Roberto Falcão de Araujo
Doutorando PPGF-UFRJ
Bolsista CAPES

Resumo: Este artigo visa identificar os principais aspectos que estruturam o monismo e o pluralismo de valores. Para tanto, foi necessário percorrer certos problemas metafísicos, lógicos, éticos e de psicologia moral que ajudam a estabelecer os reais pontos de atrito entre esses dois posicionamentos. A investigação metafísica nos levou para o problema da incomensurabilidade dos valores que, acreditamos, é o coração do pluralismo de valores.

Palavras-chave: monismo de valores, pluralismo de valores, incomensurabilidade dos valores, conflito de valores

Abstract: This paper aims to identify the main aspects which organize monism of values and the pluralism of values. To do this was necessary go through some Metaphysic, Logic, Ethic, Moral Psychology's problems. These help to provide the true conflict points between monism and pluralism of values. The metaphysical investigation conducted us to incommensurability of values problem which, we believe, is the pluralism of values's core.

Keywords: monism of values, pluralism of values, incommensurability of values, conflict of values

I – Introdução

O pluralismo de valores é uma tese em metaética que tenta responder à seguinte questão “o que são os valores?”¹.

¹ É importante ressaltar que quando eu usar o termo “valor” e suas variações, comumente se quer dizer valores que estruturam determinado modo de vida.

Tradicionalmente, há duas respostas para essa pergunta: a resposta pluralista e a resposta que aposta no monismo de valores. A resposta pluralista afirmará que os valores são plurais, ou seja, existem diversas formas de bem que podem guiar uma vida. Para reconhecer isso, basta que se observe o comum agir humano, tanto com relação às nossas experiências mais imediatas, quanto com relação ao que é fornecido pelo conhecimento histórico. Ambos fornecerão fortes evidências de que há, realmente, uma diversidade de valores praticados pelos mais diversos grupos humanos. Essa é a conhecida tese da diversidade dos valores que costuma ser bem acomodada pelo pluralista.

Porém, o pluralismo de valores vai além da percepção comum de que de fato existem muitos valores que podem nortear uma vida. Além da tese da diversidade, o pluralista defenderá a incomensurabilidade dos valores, a qual resultará, entre outros, no caráter conflitivo dos valores. A incomensurabilidade nos informa que não há uma escala objetiva que seja capaz de medir valores como, por exemplo, liberdade e igualdade. Disso se costuma inferir que também não há como fazer comparações entre os valores,² impossibilitando a tese uno, ou monista, em que existiria uma espécie de valor supremo que sustentaria todos os outros valores.

Desse modo, o defensor do pluralismo de valores defenderá, pelo menos, três coisas: a diversidade dos valores, a incomensurabilidade dos valores e o conflito dos valores; esse último se traduz no desacordo moral permanente, tema de suma importância nos debates dentro da filosofia política contemporânea.³ Isaiah Berlin, filósofo nascido na Letônia e educado na Inglaterra, é considerado o pensador que percebeu com mais clareza essas características dos valores apontadas acima. Para ele o pluralismo

[...] é mais verdadeiro porque, ao menos, reconhece o fato de que as metas humanas são muitas, nem todas comensuráveis, e em perpétua rivalidade entre si. Pressupor que todos os valores podem ser avaliados segundo uma escala, para que seja apenas caso de inspeção determinar qual é o mais alto,

² Ruth Chang nos alerta que defender a incomensurabilidade dos valores não implica na defesa da incomparabilidade dos valores. Ver CHANG, 1997, pp. 1 – 4.

³ Por exemplo, John Rawls tem focado seu esforço na resolução do desacordo razoável, que é um aspecto do desacordo moral permanente. Ver RAWLS, 2000, p. 24.

parece-me falsificar nosso conhecimento de que os homens são agentes livres para representarem a decisão moral de uma operação que uma régua poderia, em princípio, realizar. (BERLIN, 1981, p. 169)⁴

Todavia, para o defensor do monismo de valores, nem todas as metas humanas podem ser consideradas aptas para tramitar nas associações humanas. Por exemplo, a vida do assassino serial é comumente reputada como sendo perigosa e inaceitável para o convívio social. Um dos bons argumentos para essa atitude é afirmar que o modo de vida do assassino em série é imoral, assim como os modos de vida do estuprador e do pedófilo. Ironicamente, o monista também apelará para o senso comum visando mostrar que o pluralismo de valores é moralmente inaceitável.

Desse modo, o monismo de valores,⁵ tese que se antepõe ao pluralismo de valores, pode aceitar sem muitos problemas a tese da diversidade dos valores. Todavia, o monista assume que muitos valores são simplesmente falsos, ou melhor, para o monista existe apenas uma determinada noção de bem que deve orientar todas as outras; sendo assim, qualquer noção de bem que rivalize com a noção considerada correta – ou verdadeira, em discussões mais dogmáticas – é considerada, de antemão, imoral. Existe, assim, um forte critério de correção que se orienta por aspectos éticos. Por isso, uma estratégia monista é mostrar que há realmente noções de bem que podem ser considerados contraditórios para o desenvolvimento da humanidade.

II – A crivagem ética

A crivagem ética é realmente algo importante para se tentar entender parte da fenomenologia dos valores, pois, entre outros, estabelece determinado norte nas relações humanas, pois parece que costumamos acreditar, mesmo com certa dose de ceticismo, que certa estrutura moral deve ser obedecida para que a cooperação humana tenha algum sentido. O monismo de valores oferece esse crivo

⁴ Essa passagem possui elementos que estão no coração do pluralismo de valores.

⁵ Como exemplo de concepções monistas, podemos citar o monismo de Platão e os mais variados tipos de monoteísmo.

obtusamente, mas oferece. Por meio da incomensurabilidade dos valores, parece que o pluralista só é capaz de oferecer um relativismo simples do tipo “tudo passa e é aceitável”, o que o deixa numa situação pouco atraente nos debates éticos e políticos.

Todavia, acreditamos que a crivagem ética não fere de morte o pluralismo de valores, porque, entre outros, não há uma conexão direta entre a posição pluralista e o relativismo de tipo subjetivista. Um abordagem pluralista exige sim uma nova forma de se entender os valores e, conseqüentemente, uma nova maneira de se fazer essa crivagem. Para tanto, é necessário entender um pouco melhor a proposta pluralista a qual exige abordagens diferenciadas nos reinos da Metafísica, da Ética e da Política.⁶ Num primeiro momento, é necessário entender que a suposição da existência de valores plurais possui, ao menos, dois importantes aspectos:

- 1) No universo ontológico dos valores, todas as possíveis realizações humanas estão disponíveis. Ou seja, desde os valores considerados degradados até os valores considerados virtuosos podem ser manejados por um indivíduo ou por um grupo de indivíduos. Nesse sentido, numa primeira aproximação, podemos entender que todos os valores que estruturam determinado modo de vida são intrinsecamente iguais, ou estão no mesmo nível ontológico. Chamaremos a isso de Pluralismo Ontológico.
2. O Pluralismo Ontológico não é contrário à aplicação de uma crivagem ética. Essa crivagem é mais complexa porque a pergunta ética fundamental não é somente “qual a ação correta a ser seguida”, mas “qual a ação correta a ser seguida a partir da diversidade dos valores, da incomensurabilidade dos valores e do conflito dos valores”. Não obstante, mesmo após essa crivagem, o pluralista também defenderá que ainda sobrarão muitas noções de bem que podem ser suportadas eticamente. Mais, essas noções possuem programas tão contraditórios que seria impossível esperar qualquer tipo de síntese entre tais programas. Sendo assim, as propriedades dessas duas ou mais noções felificas não apontam para a existência de um único valor, mas para a existência de

⁶ Afirmar que o pluralismo de valores exige abordagens diferenciadas, não significa afirmar que não se respeite nos níveis ético e político os resultados encontrados no nível metafísico.

várias concepções eticamente válidas sobre o que seja a boa vida. Ou seja, valores são realmente incomensuráveis como salientado por Berlin na citação acima.

O primeiro aspecto pode ser considerado uma percepção intuitiva que até mesmo o monista poderia aceitar. O segundo aspecto afronta diretamente o monismo de valores, pois afirma que não há uma propriedade que consiga estabelecer uma relação entre todos os valores; há, na verdade, várias propriedades. A visualização disso pode ser feita ao se recorrer a certas noções intuitivas que são caras à lógica clássica. Para tanto, utilizaremos um artifício que chamaremos de teste lógico.

III – O teste lógico

O teste lógico pode ser feito quando pegamos duas ou mais noções felicíficas antagônicas quaisquer X, Y e Z, supondo que uma dessas é a eticamente aceitável. Para o monista, uma dessas noções participa em algum grau, ou é a noção verdadeira, do que seja o bem, enquanto as outras, por possuírem programas distintos, são simplesmente falsas. Digamos que a noção considerada verdadeira seja a X; se Y e Z possuem programas distintos do de X, então Y e Z são concepções imorais e, portanto, falsas sobre o que seja a boa vida. Também, o monista acredita que há como montar um ranking cardinal ou uma espécie de escalonamento de valores. Nesse escalonamento de valores existiriam modos de vida X^1 , X^2 , X^3 ... e assim por diante que participariam num grau maior ou menor do modo de vida X. O escalonamento dos valores mostra, pelo menos, três coisas: no topo desse ranking estará a realização plena do bem verdadeiro, abaixo se encontram as manifestações desse bem num grau menos excelente e as noções de bem contrárias ao bem considerado verdadeiro são falsas.

O pluralista discorda da ideia de que se deva descartar eticamente determinado modo de vida por ele ser antagônico ou não participar dos valores X^1 , X^2 , X^3 ... Isso acontece principalmente porque os valores que estruturam determinado modo de vida são incomensuráveis. A incomensurabilidade traz conseqüências para o plano lógico, ou seja, os valores que estruturam uma vida não obedecem integralmente a determinadas leis da lógica – como a lei da transitividade –, impedindo a objetivação de determinada noção

felicífica. Num primeiro momento, podemos afirmar que a incomensurabilidade dos valores aponta para a ideia de que os valores são incomparáveis, pois não existe um grau de medida e, conseqüentemente, de comparação que possa relacionar dois ou mais valores quaisquer. Isso acontece porque realmente não há uma medida minimamente confiável que possa estabelecer a relação entre dois ou mais valores, o que acontece com dados objetivos da realidade como massa e comprimento. Por exemplo, afirmar que João é maior do que Paulo faz sentido se se utiliza alguma medida que determina objetivamente a afirmação de que “João é maior do que Paulo”; ou seja, o uso de determinada medida, como peso e altura, determinará o valor de verdade da afirmação “João é maior do que Paulo”.

Assim, não existe uma medida objetivamente identificável para se pesar dois ou mais modos de vida na tentativa de se obter um valor de verdade. Que medida poderia ser utilizada para estabelecer uma relação entre dois ou mais valores como, por exemplo, liberdade e igualdade? Disso tudo, podemos afirmar que a tentativa de se medir valores não encontra respaldo no universo ontológico dos valores, sendo, portanto, um erro avaliativo comparar e antepor um valor com relação a outro. Evidentemente, o monista pode contra-argumentar de que fazemos comparações o tempo todo nos momentos de escolha; assim, o ato de comparar valores é algo fundamental do agir humano, qualquer teoria que negue isso está errada de partida.

Todavia, há um erro categorial quando o monista acusa o pluralista de não levar a sério a fenomenologia comum humana. Explicando: para o pluralista, certo tipo de comparação é possível na dimensão prática da vida, em que elementos éticos e políticos entram em cena; a comparação só não é possível no nível ontológico dos valores. A comparabilidade aparece por conta do conflito dos valores, o qual exige uma decisão prática para que as mais variadas concepções felicitíficas alcancem certo espaço de atuação.

Dessa maneira, a incomensurabilidade não permite que se façam relações do tipo $X = Y$, $X > Y$ ou $X < Y$, pelo menos no nível ontológico dos valores. Se é impossível estabelecer tais relações para os valores, também é impossível estabelecer uma espécie de

escalonamento cardinal entre os valores, pois os valores não respeitam a Regra da Transitividade.⁷

Na Regra da Transitividade, se $X > Y$ e $Y > Z$, então segue-se necessariamente que $X > Z$. Mas, para o pluralista não é necessário que $X > Z$, quando falamos de valores que estruturam uma vida. A quebra na regra da transitividade possui implicações na tentativa de montagem de um escalonamento cardinal de valores, a qual está no centro das concepções monistas.

O escalonamento cardinal dos valores possui implicitamente duas idéias: valores que estruturam determinado modo de vida são comensuráveis e há uma espécie de valor-trunfo que “vence” todos os demais, ou deve ser o orientador de todos os demais por ser o valor verdadeiro. Assim, para o monista deve existir um modo de vida orientador de todos os outros, mas isso não significa a uniformização do agir em todos os agrupamentos humanos, semelhante ao que acontece, por exemplo, num presídio. O monista pode explicar a diversidade dos valores apelando para a ideia de que as mais diferentes manifestações culturais estão, na verdade, todas enraizadas num valor-trunfo subjacente. Assim, esse valor-trunfo não só estrutura, mas também dá sentido ao modo de vida considerado correto.

Podemos afirmar que a concepção monista tem o mérito da simplicidade: se há um valor-trunfo que deve orientar todo o resto, então os valores são comensuráveis; comensurabilidade implica imediatamente em comparabilidade dos valores; se os valores são comparáveis, então existe uma espécie de escala capaz de medir dois ou mais valores. Com essa escala somos capazes de fazer correções visando alcançar a verdadeira concepção de bem a qual deveria orientar todas as outras. Disso tudo, podemos inferir que valores contrários a essa noção de bem, supostamente verdadeira, são falsos.

IV – O conflito permanente dos valores e o arrependimento

Até aqui, o principal ponto de atrito entre monistas e pluralistas está no entendimento das propriedades dos valores e nas

⁷ Acompanho Joseph Raz acerca dessa “quebra” da transitividade quando tratamos de valores. Ver RAZ, 2011, pp. 302-305.

implicações lógicas disso. Num primeiro momento, parece claro que a resposta monista é mais atraente, pois ela obedece a comandos lógicos amplamente aceitos, gerando uma sensação de simplicidade e elegância; também, a resposta monista, em vários aspectos, se aproximaria mais do que acha o senso comum, o que é bastante relevante quando se tenta entender o funcionamento de valores que, indubitavelmente, são o resultado normal do entendimento humano.

Todavia, uma das tarefas filosóficas é, levando a sério o senso comum, analisar se há algo para além de percepções aparentemente triviais, ou se há algo relevante da psicologia humana que não foi devidamente considerado. Acreditamos que a resposta monista desconsidera certos aspectos das atitudes humanas que não podem ser simplesmente negligenciados. Neste artigo, escolhemos dois desses aspectos para tentar mostrar a fragilidade do monismo de valores. Esses aspectos são o conflito permanente de valores e o arrependimento.

O conflito permanente de valores é uma conseqüência normal da incomensurabilidade dos valores. Se os valores são incomensuráveis, não há como estabelecer uma síntese harmoniosa entre interesses conflitantes, mesmo entre valores que supostamente possuem certa familiaridade e mesmo aplicando a razão prática num nível de virtuosidade. Ou seja, no seu nascedouro, valores já nascem fragmentados. Essa fragmentação do valor⁸ acontece tanto com relação a valores considerados individualmente, quanto com relação a uma tentativa de síntese entre os mais diversos valores que estruturam uma vida. Além desse aspecto metafísico ligado à incomensurabilidade dos valores, o desacordo moral permanente é percebido por meio da história humana, marcada por um constante conflito que impede o sonho de uma paz mundial totalmente harmoniosa.⁹ Também, mesmo fontes mais prosaicas de informação como literatura, cinema, teatro e até mesmo informativos jornalísticos

⁸ Aqui, nos apropriamos do trabalho de Thomas Nagel, "The fragmentation of value", para desenvolver essa ideia acerca da fragmentação do valor. Todavia, é importante ressaltar que Nagel não trabalha com a ideia de que também há fragmentação no interior de valores individualizados, como, por exemplo, liberdade e justiça. Ver NAGEL, 1979, pp. 128 – 141.

⁹ Isso não significa que o pluralista não possa acreditar nalgum projeto político de paz. Todavia, para o pluralista, para que um projeto político de paz não seja utópico, ele deve levar a sério o desacordo moral permanente.

reforçam a ideia de que uma das características marcantes das relações humanas é o conflito permanente de valores.

É importante assinalar que o conflito permanente de valores possui graus de agressividade e rispidez que vão desde a discussão amigável sobre pontos de vista até a ação bélica. Também, podemos perceber que esse conflito não se esgota somente no desacordo entre pessoas. Há também a dimensão interna do conflito entre valores. Sendo assim, o conflito permanente de valores pode ser dividido entre o conflito interno – o conflito intrasubjetivo – e o conflito externo – o conflito intersubjetivo, corriqueiramente referenciado na literatura com o nome de desacordo moral.

A partir do conflito intrasubjetivo, podemos afirmar que mesmo dentro de determinada noção de bem, escolhida espontaneamente e seguida voluntariamente, haverá espaço, e um grande espaço, para o conflito permanente entre valores considerados próprios. Um dos fatores para que isso aconteça é o caráter deveras abstrato das noções de bem que não conseguem, muitas vezes, atender aos interesses do agente, aos dados situacionais ou a ambos. Muitas vezes, improvisos ou ajustes precisam ser feitos visando construir uma atitude que se faz necessária para responder aos anseios da razão prática, o que pode gerar certa dúvida e hesitação; no extremo, esse ajuste costuma permitir abrir espaço para conflitos existenciais e mesmo para mudanças radicais acerca dum projeto de vida.

A partir ainda do conflito intrasubjetivo e da incomensurabilidade dos valores, concluímos que não há como alcançar uma síntese harmoniosa entre os vários interesses que normalmente aparecem ao longo de uma existência. A escolha de determinada alternativa dentre outras consideradas boas costuma eliminar uma série de benefícios e de prazeres que não estão contemplados integralmente na alternativa escolhida. Por exemplo, entre comer uma tentadora fatia duma torta de chocolate e resistir à essa tentação para evitar o sobrepeso há uma série de cálculos de perda e ganho. Sabemos que muitas perdas são necessárias para se alcançar determinados objetivos, o que, alguém poderia argumentar, mostra que na verdade não há perdas autênticas quando não sucumbimos a prazeres considerados mais prosaicos. O pluralista, no entanto, não pensa assim. Para ele, escolhas consideradas triviais possuem o poder de fechar as portas para uma série de possíveis sensações e oportunidades as quais seriam bem acolhidas por

determinado agente. O mais interessante é que quanto mais se estrutura uma vida, mais essa sensação de perda ganha corpo com a manifestação do arrependimento.

“Se arrependimento matasse...” Esse dito popular é constantemente proferido. Às vezes, se completa essa máxima popular assim: “eu já estaria morto há muito tempo”. A força desse dito está no fato de que boa parte da humanidade convive com um sentimento chamado arrependimento, o qual está intimamente ligado à escolhas feitas no passado.¹⁰ Uma das principais características do arrependimento é que alguém não direciona seu arrependimento para o desenrolar dos fatos detonados pelas forças naturais e nem se arrepende de eventos alheios à própria intencionalidade e ação, mas que afetam as escolhas do aqui e agora. Assim, parece estranho alguém se arrepender de um tsunami que ceifa milhares de vidas, ou se arrepender do fato de seus pais terem gerado você. O arrependimento direciona sua força para um agente que praticou algum ato que causa uma sensação de perda. Nosso objetivo é analisar um tipo de arrependimento capaz de colocar em perspectiva o modo de vida de alguém. Chamaremos a esse tipo de arrependimento de arrependimento felicífico.

O arrependimento felicífico tem, pelo menos, dois sentidos. Primeiro, ter feito a escolha errada, podendo ter feito a escolha correta. Segundo, ter um sentimento de perda com relação à vida atual, mesmo que se tenha a convicção de que as decisões tomadas estão perfeitamente justificadas racionalmente.¹¹ Indubitavelmente, esses podem ser traduzidos como sendo uma sensação ruim, um mal estar psicológico que costuma incomodar a razão. Isso ocorre porque o arrependimento nos mostra que o porto seguro da razão não é suficiente para evitar a sensação de perda que acarreta o arrependimento. Isso é patente no segundo tipo de arrependimento. Assim, solteiros e casados constantemente invejam a vida um do outro, percebendo que algo de interessante foi perdido.

¹⁰ Não descarto a ideia plausível, mas um tanto estranha, de alguém ser capaz de se arrepender de antemão de alguma escolha que terá que ser feita no futuro. Talvez, nas dinâmicas trágicas caiba algo desse tipo.

¹¹ A justificação racional necessita de quatro elementos: coerência de pensamentos; consistência de pensamentos por meio, entre outros, de crenças bem fundadas sobre a realidade; avaliação realista sobre os eventuais desdobramentos de uma ação e capacidade de concatenar os planos de uma ação em função de algum objetivo.

V – O papel da razão

Desse modo, o arrependimento contraria profundamente a tese do monismo de valores porque aponta para a idéia de que a razão não pode tudo. Existem elementos como sorte, afeições, desejos, experiência, temeridades, impulsos, convicções, altruísmo, egoísmo, características físicas, local de nascimento, traumas, arrependimentos, experiências epifânicas e outros que costumam guiar uma vida normal. Nesses, nem sempre a razão terá um papel predominante e, às vezes, é melhor que seja assim.

Por outro lado, o monista tende a suspender o juízo com relação aos elementos excêntricos à racionalidade. Se existe um *summum bonum* deve existir um modo apropriado de se chegar a ele, que passa, evidentemente, pela razão. Não afirmaremos que o monista não acredita em algum tipo de vácuo da razão,¹² mas ele acredita sim que a razão deve reger inteiramente nossas vontades, criando uma espécie de *ranking* de valores. Obviamente, isso deixa pouco espaço para a incomensurabilidade dos valores. Para o monista, assim como para o racionalista, a incomensurabilidade não faz sentido porque nossas escolhas tendem a ser percebidas como justificáveis, ou seja, as escolhas podem sim ser pesadas ou comparadas; se a incomensurabilidade dos valores fosse verdadeira, teríamos que abandonar a justificabilidade e começar a fazer escolhas puramente voluntárias, ou mesmo começar a arremessar moedas para guiar nossas vidas.

Se se acredita que o voluntarismo e o acaso não norteiam de fato uma vida, então o monismo parece ser a alternativa mais aceitável com relação ao pluralismo de valores. Como ressaltado, o monismo é realmente uma alternativa mais simples e, em muitos aspectos, de forte apelo. Todavia, a simplicidade do monismo não atende à complexa dinâmica do funcionamento dos valores, porque, principalmente, o monista não consegue, ou não pode, acomodar no seu sistema a incomensurabilidade dos valores. Por conta disso, o

¹² Por vácuo da razão quero dizer duas coisas. Primeiro: nem sempre respostas consideradas racionais saem vencedoras numa escolha. Segundo: a razão não consegue alcançar certas escolhas, deixando o indivíduo sozinho na tentativa frustrante de criar bons motivos para uma escolha. Um exemplo claro disso são as situações de dilema moral.

monista desconsidera rudemente vários aspectos do agir humano, tanto na vida prática quanto na vida psicológica.

VI – O agente virtuoso pluralista

Como observado por Raz,¹³ incomensurabilidade e razão não são noções excludentes; ao contrário, a razão torna visível os incomensuráveis. Nesse sentido, a razão parece nos alertar que a partir de certo ponto certas escolhas talvez necessitem da aplicação de uma maior criatividade, resignação, humildade e mesmo desapego. Essa intuição parece se encaixar bem com a ética das virtudes de gosto aristotélico. Para Aristóteles, o virtuoso sempre tem a resposta correta em situações de escolha. A ação correta depende do discernimento do agente – *fronesis* – e dos dados da situação. Interessante notar que o conteúdo da ação pode mudar de acordo com as variabilidades situacionais, ou seja, Aristóteles era um pluralista no sentido de aceitar a diversidade dos valores o agente virtuoso conforma seus atos de acordo com que a situação oferece. Todavia, o agente virtuoso aristotélico sempre é amparado pela razão. Esticando o argumento, poderíamos supor que a razão aristotélica consegue estruturar incomensuráveis, comparando-os de acordo com a resposta moralmente correta, no caso do virtuoso. Assim, a ética aristotélica pode servir de suporte tanto para o pluralista, quanto para o racionalista.

Não é necessário que o agente virtuoso pluralista possua um coração de gelo ou consiga se manter imune, por meio de certas práticas, com relação às vicissitudes da vida. Nosso agente virtuoso é mais palpável do que o agente virtuoso estóico. Ele aceita normalmente que vivemos num mundo que não é de nosso inteiro controle. Ele reconhece a precariedade da condição humana e, por isso, aceita melhor os eventuais erros tão comuns na vida de uma pessoa ou de um agrupamento humano. Assim, nem mesmo o virtuoso é capaz de escapar do arrependimento; melhor pensar que ele é capaz

¹³ Pelo menos, é assim que eu entendo parte da proposta de Raz contida no seu “*Incommensurability and Agency*”. Ver “RAZ, *Incommensurability and Agency*, pp. 110- 128” in CHANG, 1997.

de lidar melhor com esse sentimento por conta, entre outros, de sua sensibilidade com relação ao pluralismo de valores.

Referências bibliográficas

BERLIN, Isaiah. *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Trad. de Wamberto Hudson Ferreira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. (Pensamento Político, 39.)

CHANG, Ruth. *Incommensurability, incomparability, and practical reason*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997.

NAGEL, Thomas. *Mortal questions*. Cambridge: Cambridge University, 1979.

RAZ, Joseph. *A moralidade da liberdade*. Trad. de Henrique Blecher. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

RAWLS, John. *O liberalismo político*. Trad. de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo, SP: Editor Ática (Instituto Teotônio Vilela), 2000.